



00029



9 772447 728106



JORNAL DO SINPRONNF (ISSN 24477281)

**\* EDITOR CHEFE**

Job Tolentino Junior  
(SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS SINDICAIS E ASSUNTOS JURÍDICOS/TRABALHISTAS)

**\* EQUIPE DE PRODUÇÃO**

Claudina de Paula Dias Gomes; Wilza Carla de Sá Oliveira; Ana Karina Mendonça de Souza  
(SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA)  
Jacimar Fazollo Méra (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

Estamos filiados a:



**SUMÁRIO**

Página 01:

- INSPIRAÇÃO PARA ESTA EDIÇÃO  
- SUMÁRIO

Página 02:

- SINPRO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE ELEGEM NOVA DIRETORIA (QUADRIÊNIO 2022/2025)

Página 03:

- SINPRO NNF E SEPE ENTRARAM COM AÇÃO CONTRA O PREFEITO DE ITAPERUNA PARA RECONDUZIR PROFESSOR AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
- MAIORIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ESTÁ ADOTANDO ESTRATÉGIAS COMBINADAS, COM AULAS REMOTAS E PRESENCIAIS, REVELA PESQUISA DA UNDIME COM APOIO DO UNICEF E ITAÚ SOCIAL

Página 04:

- NOSSA OPINIÃO: DO ÓDIO À ESPERANÇA, O PODER DAS TELECOMUNICAÇÕES

Página 05:

- REAJUSTE DO MAGISTÉRIO É CONFIRMADO E SOBE PARA 33,23%  
- TODOS OS PROFESSORES QUE TRABALHAM NAS ESCOLAS PARTICULARES TÊM DIREITO A 30 DIAS DE FÉRIAS EM JANEIRO

Página 06:

- PROFESSOR E PROFESSORA: VEJA COMO FICA O 13º DO TRABALHADOR QUE TEVE O CONTRATO SUSPENSO

- ESCOLAS COM MENSALIDADES ALTAS? A CULPA NÃO É DO SALÁRIO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS

Página 07:

- TRT4 CONDENA UNIRITTER E FAPA A REMUNERAR PROFESSORES POR HORAS-AULAS SUPRIMIDAS DURANTE A PANDEMIA

Página 08:

- SINDICALISMO NO BRASIL E NO MUNDO: O QUE A HISTÓRIA NOS MOSTRA E ENSINA. - CHICO BUARQUE JÁ FOI UM GENEROSO PATRÃO DE LULA

Página 09:

- O MURAL DA VERGONHA. IPCA – INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES CHEGA A 10,74%  
- O MURAL DA VERGONHA. IPCA: INFLAÇÃO DESACELERA EM NOVEMBRO, MAS CHEGA A 10,74% EM 12 MESES  
- O MURAL DA VERGONHA. O DRAGÃO DA INFLAÇÃO

Página 10:

- O MURAL DA VERGONHA. A HISTÓRIA NOS LEMBRA QUE: O DRAGÃO CHEGOU PARA FICAR.

Página 11:

- O MURAL DA VERGONHA. MERCADO FINANCEIRO AUMENTA PREVISÃO DE INFLAÇÃO E PASSA A PREVER CRESCIMENTO MENOR DO PIB.

Página 12:

- MENSAGEM FINAL

**SINPRO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE ELEGEM  
NOVA DIRETORIA (QUADRIÊNIO 2022/2025)**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

KÊNIA CRISTINA NUNES GENTILUCCI TOLEDO  
PAULO ROBERTO PEREIRA GOMES  
ROBSON TERRA SILVA

**SECRETARIA DE FINANÇAS**

ANA KARINA MENDONÇA DE SOUZA  
CELSO NUNES DE OLIVEIRA  
MARCIO DE OLIVEIRA MONTEIRO

**SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS, SINDICAIS E ASSUNTOS  
JURÍDICOS TRABALHISTA**

ELAINE AVELAR MALAGOLI PAULINO  
JOB TOLENTINO JUNIOR  
MARCELO FRÓES PADILHA

**SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS E  
DIVULGAÇÃO E IMPRENSA**

CARLA CRISTINA DO CARMO BUY  
CLAUDINA DE PAULA DIAS GOMES  
VIVIANE SANTOS GONÇALVES

**SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL**

ERICK DA SILVA OLIVEIRA  
GENUÍNO LOPES BRUM  
JACIMAR FAZOLLO MÉRA

**CONSELHO FISCAL**

JOSÉ CARLOS MACIEL ALVARENGA  
MARIA DE FÁTIMA FREITAS GOULART  
RICARDO LUIZ PEIXOTO



### **SINPRO NNF E SEPE ENTRARAM COM AÇÃO CONTRA O PREFEITO DE ITAPERUNA PARA RECONDUZIR PROFESSOR AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

O Sindicato dos Professores do Norte e Noroeste Fluminense (Sinpro NNF) e o Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado RJ (Sepe) entraram, dia 5 de dezembro, com um mandado de segurança coletivo, com pedido de liminar, contra o prefeito de Itaperuna, Alfredo Paulo Marques Rodrigues, por abuso de poder.

Os sindicatos representam os profissionais de educação das escolas privadas (Sinpro) e públicas (Núcleo Sepe Itaperuna) e pedem que seja reconduzido, imediatamente, ao cargo de conselheiro do Conselho Municipal de Educação (CME) o professor Márcio de Oliveira Monteiro, representante da prefeitura no CME.

O professor Marcio, após ter sido nomeado e empossado, inclusive tendo participado de várias reuniões do CME, foi retirado, de modo autoritário, comprovando a exacerbação de poder e autoritarismo por parte do prefeito.

O objetivo das entidades sindicais com esta ação na Justiça é a defesa do CME como um Órgão de Estado e não de governo, demonstrando sua independência e transparência em relação à prefeitura.

As entidades são representadas, na Justiça, pela advogada Elaine Avelar Malagoli Paulino e a ação foi protocolada na 2ª Vara de Itaperuna, processo nº 0007699-27.2021.8.19.0026.

A Lei Municipal nº 046/1997 que criou o Conselho Municipal de Educação (CME) prevê que o CME é um órgão colegiado, paritário, com a finalidade de assessorar, normatizar, acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre o sistema municipal de ensino de Itaperuna.

Uma das mais importantes funções dos conselheiros é a de fiscalizar os recursos destinados à educação e o desenvolvimento de políticas educacionais no âmbito municipal que afetam professores da rede pública e privada de ensino.

Essa fiscalização transcende governos e tem por finalidade defender as políticas públicas de Estado, independentemente de quem esteja no assento de prefeito. Por isso mesmo, os mandatos dos conselheiros não são coincidentes com os mandatos dos chefes do Poder Executivo municipal, viabilizando, desta forma, que as políticas educacionais não sejam eventualmente interrompidas com uma nova gestão, como é o caso atual.

Como afirma o mandado de segurança, “Não se trata (o cargo em questão do professor Marcio) de livre nomeação e exoneração (pelo prefeito), mas sim de MANDATO FIXO, não podendo assim, a Administração (prefeitura), encerrar o vínculo que mantém com o agente público que estiver no exercício de mandato no Conselho Municipal de Educação de forma discricionária”.

Diz mais, o mandado de segurança do Sinpro NNF e Sepe Itaperuna: “não há, por parte do chefe do executivo municipal, autonomia para exoneração ou (para) tornar sem efeito o ato de nomeação (do professor Marcio), visto que trata-se de um mandato fixo, não se tratando de cargo ocupado transitoriamente, que pudesse ser livremente exonerado. (Dessa forma), o Conselheiro tem que ter estabilidade no cargo para que possa exercer de forma livre e sem interferência política as funções que lhe são asseguradas”. Não temos dúvida de que o fortalecimento e independência do CME são fundamentais para que o município de Itaperuna possa ter políticas educacionais imparciais, laicas e de qualidade, atendendo, de fato, os anseios dos docentes e estudantes.

**Fonte:**

**PORTAL SINPRONNF. 7/dez/2021.**

**(<https://www.sinpronnf.com.br/sinpro-nnf-e-sepe-entram-com-acao-contra-o-prefeito-de-itaperuna-para-reconduzir-professor-ao-conselho-municipal-de-educacao/?v=908f9fa6d01c>)**

### **MAIORIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ESTÁ ADOTANDO ESTRATÉGIAS COMBINADAS, COM AULAS REMOTAS E PRESENCIAIS, REVELA PESQUISA DA UNIDIME COM APOIO DO UNICEF E ITAÚ SOCIAL**

Brasília, 7 de dezembro de 2021 – Neste segundo semestre de 2021, grande parte das redes municipais de ensino reabriu para aulas presenciais. A maioria está combinando estratégias presenciais e remotas; cerca de um terço está com aulas totalmente presenciais; e ainda há redes com aulas apenas remotas. É o que revela a sexta onda da pesquisa sobre o planejamento das redes municipais de ensino quanto às atividades escolares e ao calendário de 2021, realizada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Itaú Social. O estudo ouviu 2.851 municípios brasileiros (51%), o que representa quase 12 milhões de estudantes atendidos pelas redes municipais.

O estudo mostra que a maioria das redes está adotando a oferta da educação por meio de estratégias combinadas, isto é, presencial e remota. Na educação urbana, nos anos iniciais do ensino fundamental, 52,7% adotam estratégias combinadas (presencial e remota), 34,6% estão totalmente presencial e 12,7% totalmente remoto. Nos anos finais do ensino fundamental, são 53%, 33% e 14%, respectivamente.

Quando se analisa as informações sobre como está sendo ofertada a educação do campo por etapa, os números revelam que nos anos iniciais 46,5% das redes estão adotando estratégias combinadas, 35,4% totalmente presencial e 18,1% estão realizando essa oferta de maneira totalmente remota. Os números são parecidos quando se trata dos anos finais do ensino fundamental - estratégias combinadas (47%), totalmente presencial (34,1%) remoto (18,9%).

A tendência do uso de estratégias combinadas ocorre também na educação especial do ensino fundamental, em que, nos anos iniciais, 54,2% das redes seguem a estratégia combinada (presencial e remoto), 28,6% estão totalmente presencial e 17,2% totalmente remoto. Nos anos finais, são 53%, 28,3% e 18,6%, respectivamente.

De acordo com as informações levantadas, 42,5% das redes respondentes iniciaram o segundo semestre de 2021 em julho e 50,6% em agosto. Além disso, 95,4% das redes afirmaram que o calendário letivo de 2021 será concluído ainda neste ano e 4,6% apenas em 2022. Questionados sobre quando deve ser iniciado o calendário letivo do próximo ano, 11,9% informaram ser em janeiro e a grande maioria (81,6%) no mês de fevereiro.

A pesquisa buscou entender como as redes têm se planejado quanto às atividades escolares e ao calendário letivo de 2021 e 2022, bem como sobre a oferta de educação presencial e não presencial, quais os principais desafios das Secretarias Municipais de Educação neste momento e como as redes estão se preparando para as atividades presenciais. O levantamento aconteceu por meio de questionário on-line, aplicado de 19 de outubro a 15 de novembro.

**Adesão às aulas presenciais**

A pesquisa perguntou, também, sobre a adesão dos estudantes às atividades presenciais. Nos anos iniciais do ensino fundamental, 56,2% das redes afirmam que todos ou quase todos estão frequentando, 25,8% afirmam que mais da metade está frequentando, 6,4% disseram que menos da metade e 11,6% que as aulas presenciais ainda não retornaram. Nos anos finais, foram 52,4%, 26,6%, 7,5% e 13,5% respectivamente.

O presidente da Undime, Luiz Miguel Martins Garcia, Dirigente Municipal de Educação de Sud Mennucci/ SP, reforça a importância das pesquisas para a melhoria da educação nos municípios brasileiros. “Quando começamos a realizar estes estudos com as redes, logo no início da pandemia, não imaginávamos que a

educação mudaria tanto. Todos precisaram se reinventar e, neste momento, de retomada às atividades presenciais em grande parte das redes, é preciso trabalhar na realização de avaliações diagnósticas com o objetivo de identificar como está a aprendizagem dos estudantes. Sabemos que teremos defasagens, mas agora é hora de focarmos a nossa energia na identificação dos problemas e assim, atuarmos na recomposição do aprendizado”, comenta.

Assim como na última edição da pesquisa, materiais impressos e orientações por whatsapp continuam liderando os métodos utilizados para a realização de atividades não presenciais em 2021. Na sequência, aparecem as videoaulas gravadas que são utilizadas por 48,2% das redes respondentes nos anos finais, 63,3% nos anos iniciais do ensino fundamental e 34,5% na Educação de Jovens e Adultos. O que se percebe ao fazer uma análise em relação às ondas anteriores da pesquisa é que as videoaulas gravadas têm ganhado espaço como ferramenta.

Outro dado que chama atenção quando comparado à onda anterior da pesquisa, realizada entre junho e julho deste ano, é que aumentou consideravelmente o número de redes que já concluiu os protocolos de segurança para o retorno às aulas presenciais. No meio do ano, 57% das redes respondentes tinham concluído os protocolos e 40,4% ainda estavam em fase de construção. A pesquisa mais recente revela que 82,2% das redes já concluíram os protocolos e somente 9,2% estão em fase de construção; 8,1% das redes declararam utilizar o protocolo da Secretaria de Estado.

Em relação às estratégias para acompanhar e monitorar as atividades pedagógicas que estão sendo realizadas ao longo deste ano, se destacam duas como sendo as realizadas com maior frequência pelas redes respondentes: conversas regulares com diretores e coordenadores pedagógicos para discutir e acompanhar a aprendizagem dos estudantes (78,2%) e apoio às escolas para análises e diagnósticos a partir de avaliações internas (56,3%).

“O Brasil está entre os países em que as escolas ficaram fechadas por mais tempo. Em novembro de 2020, havia 5 milhões de estudantes sem acesso à educação no País, voltando duas décadas no acesso à educação. Por isso, é essencial que todas as escolas retomem as atividades presenciais e invistam para que cada estudante volte às salas de aula. Esse deve ser um esforço conjunto, de municípios, de escolas, famílias e comunidade escolar, para que as crianças e os adolescentes tenham seu direito à educação qualidade garantido, estando na escola, convivendo com seus colegas e aprendendo”, afirma Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil.

“As redes municipais de educação responderam muito bem aos desafios do ensino remoto na pandemia, se adaptando em tempo recorde ao novo modelo. Porém, os esforços continuarão em 2022. Combinar ensino remoto e presencial é a nova realidade, mas precisamos buscar ampliar o acesso à tecnologia, tanto nas escolas quanto para as famílias. Além disso, os dirigentes sinalizaram que vão priorizar a busca ativa escolar e a recomposição de aprendizagens. Essas medidas são essenciais para se reduzir as desigualdades, tão aprofundadas neste momento que estamos vivendo”, considera a gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Itaú Social, Patrícia Mota Guedes.

Corroborando com isso, o suporte para diretores escolares (62,6%) aparece como o principal foco dentre as ações implementadas para apoiar as escolas na oferta de ensino em 2021. Na sequência, aparecem a Busca Ativa Escolar (62%), o apoio com material pedagógico (60,8%) e o suporte para a realização de avaliações diagnósticas (59,7%).

#### Desafios

A pesquisa revela que o acesso à tecnologia pelos estudantes segue sendo o maior dos desafios enfrentados pelas redes respondentes. Além deste desafio já conhecido, aparecem com grande destaque dois outros vinculados à perspectiva de retorno às atividades presenciais: a recomposição de aprendizagem e a motivação dos estudantes, relacionado com a atenção que as redes têm dado à busca ativa dos alunos.

#### Fonte:

UNDIME. 7/dez/2021.

(<http://undime.org.br/noticia/07-12-2021-12-41-maioria-das-escolas-municipais-esta-adotando-estrategias-combinadas-com-aulas-remotas-e-presenciais-revela-pesquisa-da-undime-com-apoio-do-unicef-e-itaú-social>)

### NOSSA OPINIÃO: DO ÓDIO À ESPERANÇA, O PODER DAS TELECOMUNICAÇÕES

Há 12 anos o Instituto Telecom criou o boletim opinativo Nossa Opinião que, além de uma análise semanal sobre as políticas para o setor, cumpre um papel importante na luta pela democratização do acesso às telecomunicações.

Em 2021 continuamos a luta junto com o movimento social, o Clube de Engenharia, a Coalizão Direitos na Rede, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação -FNDC.

Denunciamos:

1) A entrega dos bens reversíveis às grandes operadoras (Oi, Vivo, Claro, TIM).

2) O risco de a implantação do 5G aumentar a exclusão digital. Com o leilão, perdemos uma oportunidade de garantir investimentos em capacitação, pesquisa e desenvolvimento.

3) A propriedade das comunicações nas mãos de 11 famílias, concentradas em seis grupos empresariais que controlam 70% da mídia brasileira. Desse total, apenas 5 famílias controlam metade dos 50 veículos de comunicação com maior audiência. Um desses veículos é a Globo.

4) A “coincidência” do BTG Pactual ter sido o único grupo que apareceu para comprar a parte mais importante da Oi. O BTG adquiriu o controle de 60% das ações da chamada InfraCo, V.Tal. Por que ninguém mais teve interesse? Afirmamos que os fundos abutres norte-americanos donos da Oi (Solus, Brokfield, GoldenTree, York Global) e o BTG Pactual têm muito a explicar.

Lutamos:

1) Pela redução das tarifas de telecomunicações

2) Pela banda larga prestada em regime público

3) Por um novo marco regulatório para as (tele)comunicações

4) Por banda larga nas escolas e nas casas de todos, em particular das camadas mais excluídas da nossa sociedade. As concessionárias, principalmente Oi e Vivo, descumprem a obrigação contratual de colocarem nas escolas públicas urbanas banda larga gratuita e de qualidade com a mesma velocidade comercialmente oferecida na localidade. Por contrato, isso já deveria estar ocorrendo desde 2010.

5) Pela transparência e regulação dos meios de comunicação e das chamadas big techs Facebook, Whatsapp (que faz parte do Facebook), Alphabet (dona do Google e do YouTube), Amazon, Microsoft, Apple, Twitter. Plataformas que querem controlar, e até controlam, as nossas vidas, nossos gostos, nossos desejos.

Também estivemos ao lado dos trabalhadores da Oi e contra o esfacelamento dessa empresa que, em 2020, demitiu 1000 trabalhadores. Em 2021, até aqui, o número supera os 800 trabalhadores. Na Serede (subsidiária da Oi), desde 2019 foram cerca de 8000 demissões.

Em 2022 continuaremos com estas e outras lutas essenciais para que o exercício da cidadania se reflita também no acesso universalizado à banda larga, como destacado no Marco Civil da Internet.

Contribuiremos na elaboração de um programa na área das telecomunicações a ser apresentado a todos os candidatos à presidência da República, ao Senado, à Câmara Federal, aos governos dos estados, às Assembleias Legislativas estaduais.

Um programa no qual as telecomunicações sejam um instrumento para aprofundar a democracia, a inclusão social/digital. Um instrumento no caminho do amor e da esperança, nunca do ódio.

OBS: Este é o último Nossa Opinião de 2021. Retornaremos no dia 8 de fevereiro de 2022. A todos os nossos leitores e parceiros, um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de conquistas.

**Fonte:**

**iTelecom. 14/dez/2021.**

(<http://www.institutotelecom.com.br/nossa-opiniao-do-odio-a-esperanca-o-poder-das-telecomunicacoes/>)

**REAJUSTE DO MAGISTÉRIO É CONFIRMADO  
E SOBE PARA 33,23%**

A Portaria Interministerial MEC/ME nº 10 — publicada nesta terça-feira (21/12) — elevou o valor do Custo Aluno deste ano e, com isso, o reajuste do piso salarial nacional do magistério será de 33,23%. Percentual cresceu um pouco. A previsão anterior era de 31,3%.

Com as mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), previstas na Emenda Constitucional Nº 108, os recursos para honrar a atualização salarial dos educadores também teve boa elevação.

Reajuste deve ser linear

Todo o pessoal do magistério da educação básica pública de estados e municípios têm direito. O índice de 33,23% deve ser aplicado de forma linear, independentemente de quanto seja a remuneração do educador. O percentual deve incidir em toda a carreira.

Por que o reajuste será de 33,23%?

Porque o Custo Aluno de 2021, publicado na Portaria Interministerial nº 10, subiu de R\$ 4.397,91 para R\$ 4.462,83.

Como se chega ao percentual anunciado?

O percentual é resultado da diferença entre o valor do Custo Aluno deste ano em comparação com o de 2020. Assim, temos:

Custo Aluno de 2020: R\$ 3.349,56.

Custo Aluno de 2021: R\$ 4.462,83.

Crescimento de 2021 em relação a 2020: 33,23%.

Percentual a ser aplicado em janeiro de 2022 para o magistério: 33,23%.

Avaliação da Fetamce

De acordo com Enedina Soares, presidenta da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (Fetamce), o anúncio do reajuste representa, mais uma vez, a efetividade da luta dos profissionais do magistério. “O percentual reconhece o peso da carestia no bolso da classe trabalhadora e os custos que os educadores tiveram que arcar desde a Pandemia de Covid-19, quando passaram a arcar com as despesas do ensino remoto, com a elevação dos gastos de água, luz, internet, equipamentos e alimentação”, destaca Enedina.

A dirigente acrescenta que agora os sindicatos devem lutar para que esta política de valorização salarial seja implementada por todos os municípios do Ceará. “Importante considerar que os caixas de prefeitos também tiveram boa alta de recursos, o que oportuniza o reajuste integral de 33,23% para todos os profissionais do magistério a partir de janeiro de 2022”, conclui.

**Fonte:**

**PORTAL FETAMCE. 21/dez/2021.**

(<https://fetamce.org.br/reajuste-do-magisterio-e-confirmado-e-sobe-para-3323/>)

**TODOS OS PROFESSORES QUE TRABALHAM NAS  
ESCOLAS PARTICULARES TÊM DIREITO A 30 DIAS DE  
FÉRIAS EM JANEIRO**

Atenção, professoras e professores que trabalham nos estabelecimentos privados que fazem parte do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro, especialmente aqueles que trabalham na Região Norte e Noroeste: desde 2012 vigora a lei nº 6.158/2012 que garante 30 dias de férias à categoria no mês de janeiro. Trata-se do Calendário Único Escolar, com férias escolares, coletivas e simultâneas em todo o sistema de ensino (privado e público).

A unificação das férias escolares é uma conquista histórica dos Sindicatos de Professores (Sinpros), incluindo o Sinpro Norte e Noroeste Fluminense (Sinpro NNF), representando um aumento significativo para a qualidade de vida da categoria. Isso porque muitos professores trabalham em mais de uma escola, nas redes pública e privada, e com a diversidade de calendários não conseguem tirar férias integrais, prejudicando inclusive a saúde desses profissionais ao longo dos anos.

Além disso, os pais que possuem filhos estudando em escolas diferentes também terão a garantia de um período no ano onde podem tirar férias em família, sem se preocupar com o calendário elaborado por cada escola.

Mas a lei para ser aplicada depende da fiscalização dos professores, que devem denunciar o descumprimento na elaboração do calendário escolar no seu local de trabalho; como, por exemplo, a volta ao trabalho antes do término do período oficial das férias de 30 dias em janeiro. Se isso estiver acontecendo, não se intimide e contate o Sinpro NNF – nosso whatsapp: (22) 98813-6303 (sede em Itaperuna).

A lei pode ser lida aqui no site da Assembleia Legislativa.

A seguir, conheça a lei nº 6.159/2012, Lei das férias em janeiro:

Ementa: acrescenta o inciso xi ao artigo 19 da lei nº 4.528, de 28 de março de 2005, que estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado do rio de janeiro, regulamentando as férias escolares no sistema estadual de educação.

Autor(es): deputados comte Bittencourt, Gilberto Palmares, Robson Leite

A Assembléia Legislativa do estado do rio de janeiro resolve:

Art. 1º – Acrescenta-se o inciso XI ao artigo 19 da Lei nº 4.528, de 28 de Março de 2005, que estabelece as diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, que terá a seguinte redação:

Art. 19 – ( ... )

XI – a simultaneidade e a integralidade do mês de Janeiro, anualmente, para as férias escolares.

Parágrafo Único – O disposto no inciso XI do artigo 19 desta Lei poderá ser alterado quando houver interrupção ou suspensão por períodos longos das atividades escolares, que comprometam o cumprimento do calendário letivo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 27 de Abril de 2011.

**Fonte:**

**PORTAL SINPRONNF. 6/dez/2021.**

(<https://www.sinpronnf.com.br/todos-os-professores-que-trabalham-nas-escolas-particulares-tem-direito-a-30-dias-de-ferias-em-janeiro/?v=908f9fa6d01c>)

### **PROFESSOR E PROFESSORA: VEJA COMO FICA O 13º DO TRABALHADOR QUE TEVE O CONTRATO SUSPENSO**

Atenção professoras e professores que trabalham nas escolas privadas e tiveram os contratos de trabalho suspensos em 2021: mesmo com a carteira assinada durante todo o ano de 2021, não vão receber o valor cheio do 13º salário. Portanto, receberão apenas o equivalente aos meses efetivamente trabalhados.

O motivo é que, em 2020, teve início o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), que permitia que as empresas suspendessem os contratos de trabalho sem demitir trabalhadores, com o objetivo de evitar demissões durante a pandemia. A medida foi prorrogada três vezes e esteve em vigor neste ano até o dia 25 de agosto.

Assim, no geral, trabalhadores formais, com carteira assinada, recebem até o próximo dia 30 de novembro a primeira parcela do 13º salário e até o dia 20 de dezembro a segunda parcela, mas quem teve o contrato suspenso vai receber menos. Para compensar a queda nos salários, os trabalhadores recebem o Benefício Emergencial, que correspondia ao percentual do seguro-desemprego a que o empregado teria direito se fosse demitido. No caso dos contratos suspensos, a remuneração equivale a 100% do seguro-desemprego.

Veja, agora, quem vai receber menos e porquê:

Quem teve redução de jornada e salário tem desconto do 13º salário?

Não. A redução de jornada e salário não compromete o valor do 13º. O valor incidirá sobre o salário cheio que ele recebia antes da redução da jornada e salários.

Quem teve contrato suspenso tem direito a 13º salário?

Sim. Mas o valor será menor, mesmo tendo ficado 12 meses com carteira assinada. Nota técnica do Ministério do Trabalho, editada no ano passado, orientou os patrões a calcular o 13º excluindo o período não trabalhado. “A empresa não é obrigada a pagar o 13º correspondente a 1/12 (um doze avos) do período que o empregado esteve afastado”, diz trecho da nota. Mas atenção, quem teve o contrato de trabalho suspenso ganhará proporcionalmente ao número de meses em que trabalhou mais de 15 dias. Dessa forma, caso o empregado tenha trabalhado pelo menos 15 dias em oito meses no ano e tenha ficado com o contrato suspenso por quatro meses receberá dois terços do décimo terceiro.

Isso ocorre porque a Lei 4.090/1962, que criou o 13º salário, determina que a gratificação natalina é calculada da seguinte forma: a cada mês em que trabalha pelo menos 15 dias, o trabalhador tem direito a 1/12 (um doze avos) do salário total de dezembro. Dessa forma, o cálculo do benefício considera como um mês inteiro o prazo de 15 dias trabalhados.

E como ficarão os cálculos?

Como o 13º salário é pago de acordo com os meses trabalhados, dividido por 12 meses, a empresa vai excluir do cálculo os meses em que o contrato ficou suspenso. Por exemplo, se o trabalhador ganha R\$ 2.000, teve o contrato suspenso por dois meses e trabalhou 10 meses, o cálculo é o seguinte:

R\$ 2.000 divididos por 12 e, depois, multiplicados por 10. Neste caso ele receberá em torno de R\$ 1.666,00, metade até o dia 30 de novembro e a outra metade até o dia 20 de dezembro, como todos os trabalhadores. Se o trabalhador ficou fora da atividade durante seis meses, o valor do seu 13º cairá pela metade.

**Fonte:**

**PORTAL FETEERJ – 24 de Novembro 2021**

([https://feteerj.org.br/professor-e-professora-veja-como-fica-o-13o-do-trabalhador-que-teve-pcontrato-suspenso/?fbclid=IwAR3TtGV6\\_Cr3JZ9QaCVQv6Ffpisj0diAiiE1fGG4DdRIN3MxQsP3jkdC1E](https://feteerj.org.br/professor-e-professora-veja-como-fica-o-13o-do-trabalhador-que-teve-pcontrato-suspenso/?fbclid=IwAR3TtGV6_Cr3JZ9QaCVQv6Ffpisj0diAiiE1fGG4DdRIN3MxQsP3jkdC1E))

### **ESCOLAS COM MENSALIDADES ALTAS? A CULPA NÃO É DO SALÁRIO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS**

O coordenador da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado RJ (Feteerj), Robson Terra, foi entrevistado pelo jornal O Globo para falar sobre os aumentos das mensalidades escolares a serem pagas em 2022. Segundo o jornal, os reajustes das mensalidades podem ficar entre 8% a 14%, sempre acima da inflação. A matéria foi publicada dia 25/11 e, em sua fala citada na matéria, o professor Robson esclareceu o fato de que os professores e professoras do ensino infantil e fundamental que trabalham no estado do Rio de Janeiro em escolas privadas vêm recebendo reposições salariais abaixo da inflação e que, portanto, os altos reajustes das mensalidades não podem ser postos na conta de seus salários.

Para a Feteerj, os donos de escolas e os sindicatos patronais que os representam, muitas vezes, tratam a educação como mercadoria, sem qualquer interesse em relação às condições estruturais e salariais dos professores e demais funcionários, com pouco interesse na questão pedagógica ou na situação econômica-social dos pais e responsáveis dos estudantes. Por isso os aumentos das mensalidades muito acima da inflação.

No estado do Rio, após dura negociação da Feteerj – que representa os Sindicatos dos Professores (Sinpro) filiados à federação – com o sindicato patronal, Sinepe RJ, foi acordado para a Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 reajuste de 6,12% para os professores, em três parcelas de 2%; reajuste válido para a maioria dos municípios do estado, fora a capital, Campos, Itaperuna e região (ver a seguir). Um índice de reposição abaixo do INPC acumulado em 12 meses até abril, de 7,59%.

Robson acredita que o acordo, com o Sinepe RJ, mesmo não tendo acompanhado a inflação, foi o possível neste momento de crise econômica e social, além de ter tido na unidade entre os Sinpros uma característica fundamental. O dissídio trabalhista foi ainda mais complicado devido à pandemia do coronavírus, que atingiu em cheio a educação privada, causando a falência de escolas e o desemprego na categoria; além do impacto das aulas on-line, que causaram jornadas de trabalho maiores para os docentes, sem o acompanhamento salarial devido, muitas vezes. Mesmo assim, o professor lembra que a Feteerj e os Sinpros, nas negociações com os sindicatos patronais, vêm conseguindo manter direitos sociais importantes, como o adicional por tempo de serviço (biênio), bolsa de estudos (gratuidade para os filhos dos mestres), entre outros.

#### **SINDICATOS DOS PROFESSORES COMENTAM**

O Sindicato dos Professores do município RJ (Sinpro Rio), que tem negociação específica com o Sinepe Rio, fez nota oficial a respeito da matéria de O Globo. Em um trecho, a nota do Sinpro-Rio afirma: “Os pais pagam sempre as mensalidades mais altas sem que isso reflita na melhoria da qualidade do ensino e nas condições salariais dos trabalhadores na Educação” – leia a nota aqui.

Em outro trecho, a nota também afirma: “em 2019, o reajuste (para os professores do ensino fundamental da capital) foi de 5%, para um INPC de 4,7%; em 2020, o índice chegou a 3,3%, mas aos professores foi destinado o número redondo de 0% e, neste 2021, sobre um INPC de 6,9%, os donos de escolas relegaram aos professores tão somente 5,5% (a partir de agosto, 3% e em setembro mais 2,5%), negando ainda reajuste sobre os meses de abril, maio, junho e julho. Ou seja, para os patrões, 2021, no que concerne aos salários dos professores, terá apenas oito meses”.

O presidente recém eleito do Sinpro-Rio, professor Elson Paiva, lembra, ainda, “que o INPC nunca reflete os números reais da inflação”.

Já o coordenador do Sinpro Petrópolis e Região, professor Frederico Fadini, cuja entidade assinou a CCT com o Sinepe RJ (6,12%), disse à Feteerj: “Os pais e responsáveis não devem confundir o eventual aumento brutal das mensalidades escolares de seus filhos com o reajuste salarial dos salários dos professores. A nossa categoria vem sofrendo muito com o arrocho salarial e o risco do desemprego”.

O presidente do Sinpro Teresópolis, professor Marcelo Barreto, vai mais fundo: “Sem uma discussão séria e aprofundada, o ensino privado em nosso estado pode naufragar nas próprias pernas e na ganância dos donos de escolas. Nós, da Feteerj e dos Sinpros, queremos discutir regras básicas de relacionamento com os donos das escolas. Mas os donos de escolas querem discutir a grave situação do ensino?” Teresópolis também assina a CCT com o Sinepe RJ.

O Sinpro Macaé e Região destacou em seu site que a campanha salarial 2021/2022 foi favorável aos professores, pois “em meio à crise econômica, política e social que o país e o mundo sofrem diante da pandemia, que está vitimando diversos trabalhadores e seus familiares, (...) conseguimos manter os vários direitos constantes na nossa Convenção Coletiva (com o Sinepe RJ)”.

A então presidenta do Sinpro Macaé, no site do sindicato, Guilhermina Rocha, disse: “Conseguimos reverter as propostas rebaixadas apresentadas pelo patronal. A Campanha Salarial de 2021 entra para a história como uma das mais difíceis em função da conjuntura política e econômica totalmente desfavorável”.

O Sinpro Nova Friburgo e Região afirmou em suas redes sociais sobre a importância do acordo atual com o Sinepe RJ, “em que pese o difícil contexto de crise gerado pela pandemia e ao contrário do que tem ocorrido em outras categorias, (foram mantidas) as cláusulas sociais e obtidos reajustes salariais anuais”.

Os Sinpros Baixada Fluminense, Lagos e Niterói também assinaram a convenção com o Sinepe RJ.

O Sinpro Campos e São João da Barra e o Sinpro Norte e Noroeste Fluminense discutem o acordo coletivo específico com o Sinepe Campos. Os coordenadores dos sindicatos, professores Fred Rangel e Paulo Roberto, respectivamente, falam da importância da negociação coletiva para manter os direitos trabalhistas essenciais da categoria.

Inclusive, Fred Rangel alerta para o final do ano, em que muitos estabelecimentos de ensino demitem os professores, em uma triste rotina: “É o que eles chamam de ‘corte de custos’, como se nós não tivéssemos família para cuidar, como se fossemos uma ‘coisa’. São nesses momentos que a categoria vê no sindicato a defesa de seus direitos” – disse Fred Rangel.

#### LUTA PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

A Feteerj e os Sindicatos dos Professores (Sinpro) filiados têm por obrigação lutar por melhores salários e uma estrutura digna de trabalho para os professores(as). A Federação também tem como obrigação a luta por uma educação de qualidade oferecida aos estudantes. A nosso ver, os pais e responsáveis não podem pagar por uma escola cara, sabendo que o professor e a professora não têm salários decentes, que sequer acompanham a inflação, como vem ocorrendo. Por isso, também lutamos em defesa do ensino público universal.

#### Fonte:

**PORTAL FETEERJ. 26/11/2021**

Fonte: (<https://feteerj.org.br/escolas-com-mensalidades-altas-a-culpa-nao-e-do-salario-dos-professores-e-professoras/>)

### **TRT4 CONDENA UNIRITTER E FAPA A REMUNERAR PROFESSORES POR HORAS-AULAS SUPRIMIDAS DURANTE A PANDEMIA**

(Universidades promoveram a junção de turmas na modalidade virtual durante a pandemia, reduzindo à metade o pagamento da carga horária contratual)

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) reverteu decisão de primeiro grau da 28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre e condenou a UniRitter Canoas e Porto Alegre e a Fapa ao pagamento de horas trabalhadas sem a devida remuneração aos professores.

A decisão abrange descumprimentos de contratos de trabalho em virtude da supressão de carga horária devido à unificação de turmas durante a pandemia em 2020 e 2021, uma prática adotada por diversas universidades e vetada pela justiça do trabalho. Em maio deste ano, a UniRitter e a Fapa foram vendidas pela Laureate à Ânima Educacional.

#### Descumprimento contratual

A ação coletiva foi ajuizada pelo Sinpro/RS por descumprimento de contrato de trabalho em virtude da junção de turmas da modalidade presencial em aulas únicas remotas e supressão de carga horária dos professores pelas instituições de ensino.

De acordo com a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, essa prática acarreta perda de carga horária aos professores.

“A conversão de duas ou mais turmas presenciais em uma única aula virtual significa perda de carga horária para os professores, que além disso acabam trabalhando em dobro ao assumirem a responsabilidade pela avaliação e acompanhamento de turmas”, destaca.

A decisão de segunda instância, à qual ainda cabe recurso, garante a manutenção da carga horária contratada e dos salários dos professores ao reconhecer que houve procedimentos irregulares adotados pelo empregador.

#### Fonte:

**Gilson Camargo – EXTRACLASSE. 1/12/2021.**

Fonte: (<https://www.extraclasse.org.br/justica/2021/12/trt4-condena-uniritter-e-fapa-a-remunerar-professores-por-horas-aulas-suprimidas-durante-a-pandemia/>)



## SINDICALISMO NO BRASIL E NO MUNDO: O QUE A HISTÓRIA NOS MOSTRA E ENSINA.

### CHICO BUARQUE JÁ FOI UM GENEROSO PATRÃO DE LULA

A revelação surgiu no meio as dezenas de horas de entrevistas com Lula, gravadas por Fernando Morais, durante sua longa preparação (uma década) para escrever “Lula, biografia”.

Ele a comprova, no seu livro, mostrando a existência da Serralheria Doze de Maio, à página 375.

Nela, pode ser visto o registro, em Carteira de Trabalho, do encerramento do contrato de um operário da serralheria, no dia 30 de junho de 1989.

Fernando explica assim o fato desconhecido.

Em 1980, os metalúrgicos de São Bernardo, desafiaram a Ditadura Militar, promovendo uma poderosa greve.

Em represália, sofreram intervenção no sindicato deles.

Todos os 11 membros da diretoria sofreram cassação de mandato.

E foram mantidos presos por 30 dias.

No período, para agravar ainda mais a situação deles, as empresas onde trabalhavam, como vingança pela greve, alegaram que eles tinham abandonado seus empregos.

E os demitiram por justa causa.

Assim, sem direito às indenizações e desempregados, eles também foram automaticamente excluídos do sindicato que comandavam antes, porque, não eram mais metalúrgicos de São Bernardo.

Então, surgiu a ideia de criarem a serralheria para que ela os contratasse.

Mas, não tinham um centavo para a compra de equipamentos e materiais.

Por isto, apelaram para a solidariedade do Sindicato dos Metalúrgicos da Suécia, obtendo, desta maneira, a metade do necessário.

“A outra metade saiu do bolso de Chico Buarque”, escreve Fernando Morais.

Lula havia presidido o sindicato e fora privado da indenização dos seus 14 anos de trabalho na Villares Metais.

Logo, se tornou empregado da serralheria, com registro em carteira. Junto com seus 10 companheiros, entre os quais: Djalma Bom, Devanir Ribeiro, Gilson Menezes, Enilson Simões de Moura (Alemão), José Maria de Almeida, Expedito Soares, e, Rubens de Arruda.

Que, no futuro, se tornaram, respectivamente: vice-prefeito de São Bernardo, deputado federal, prefeito de Diadema, presidente da Social Democracia Sindical (SDS), dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e vice-presidente do mesmo sindicato.

As dificuldades eram muitas. Mas não impediram Lula de brincar com Chico.

Conta Fernando Morais:

“Quando a doação de Chico caiu na conta bancária da serralheria, Lula telefonou ao artista para agradecer.

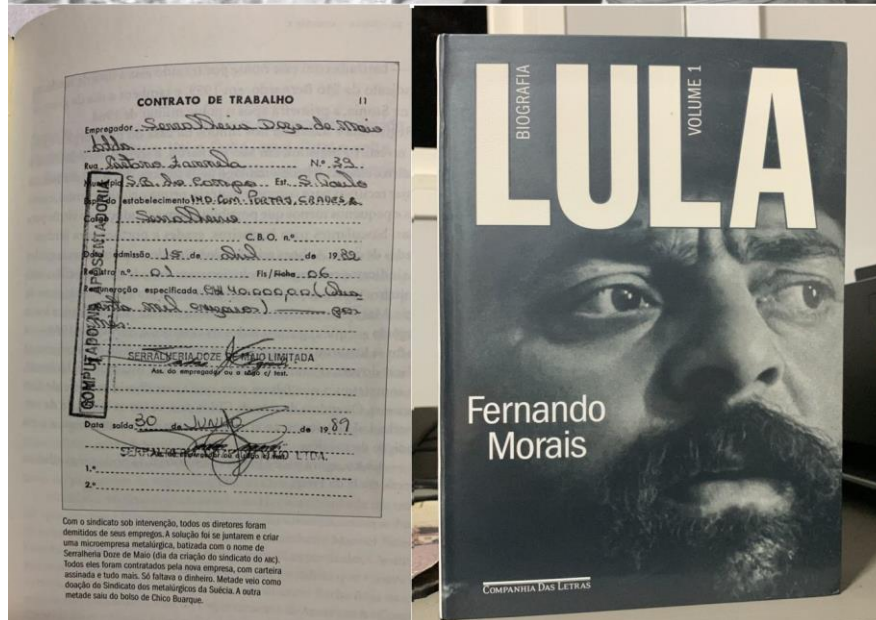
E anunciou a nova condição do músico:

-Chico, agora você é patrão. É industrial. Já pode ser candidato à presidência da FIESP.

Ao longo de 41 anos, ninguém soube desta ajuda em dinheiro dada por Chico.

E alguém jamais saberia, se dependesse dele próprio.

Porque, discreto ao extremo, Chico é incapaz de propagar um ato seu altruísta assim.



Fonte:

Equipe Ultrajano - 13/dez/2021.

ULTRAJANO - 19/dez/2021 (Jornalismo na alma, livre e independente. Programas, notícias e colunas. Esporte, política, cultura).

(<http://www.ultrajano.com.br/chico-buarque-ja-foi-um-generoso-patrao-de-lula/>)



## O MURAL DA VERGONHA

### IPCA – INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES CHEGA A 10,74%

#### IPCA - Inflação oficial acumulada em 12 meses

Indicador se distancia cada vez mais do teto da meta estabelecida pelo governo

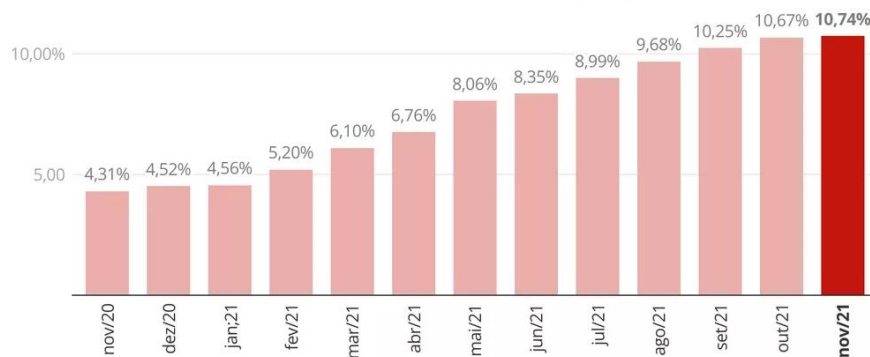


Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

#### Fonte:

**PORTAL G1 – Darlan Alvarenga e Fernanda Martinez. 10/12/2021.**  
(<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/10/ipca-inflacao-oficial-fica-em-095percent-em-novembro.ghtml>)

### IPCA: INFLAÇÃO DESACELERA EM NOVEMBRO, MAS CHEGA A 10,74% EM 12 MESES

Taxa de 0,95% foi a maior alta para um mês de novembro desde 2015. Gasolina subiu mais 7,38% e acumula aumento de 50,78% em 12 meses.

Puxado mais uma vez pela alta da gasolina, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, ficou em 0,95% em novembro, após ter registrado taxa de 1,25% em outubro, segundo os dados divulgados nesta sexta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de ter desacelerado na comparação com a inflação de outubro, foi a maior variação para um mês de novembro desde 2015 (1,01%).

Com o resultado, o IPCA acumula alta de 9,26% no ano e de 10,74% nos últimos 12 meses, acima do registrado nos 12 meses imediatamente anteriores (10,67%). Trata-se do maior índice para um intervalo de 1 ano desde novembro de 2003, quando a taxa foi de 11,02%.

A inflação acumulada em 1 ano permanece também mais do que o dobro do teto da meta fixada pelo governo para 2021 (5,25%).

O resultado veio um pouco abaixo do que o esperado. A mediana de 37 projeções de consultorias e instituições financeiras compiladas pelo Valor Data apontava para uma taxa de 1,1% em novembro. No acumulado em 12 meses, a mediana das estimativas indicava alta de 10,9%.

Previsão de estouro da meta também em 2022

Na última pesquisa Focus do Banco Central, os analistas do mercado financeiro aumentaram para 10,18% a expectativa para a inflação de 2021. Confirmada a previsão, essa será a primeira vez que a inflação atinge o patamar de dois dígitos desde 2015 — quando o IPCA somou 10,67%. Em 2020, a inflação foi de 4,52%.

O centro da meta de inflação em 2021 foi fixado em 3,75%. Pelo sistema vigente no país, será considerada cumprida se ficar entre 2,25% e 5,25%. Mas o próprio BC já admitiu oficialmente que a meta não será cumprida neste ano.

Para 2022, o mercado financeiro subiu para 5,02% a estimativa de inflação. A meta central de inflação para 2022 é de 3,50% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar entre 2% e 5%. Portanto, o mercado agora prevê o estouro da meta pelo segundo ano seguido.

Em meio à pressão inflacionária, o Banco Central elevou nesta semana a taxa básica de juros para 9,25% – o maior patamar em mais de 4 anos.

Para o fim de 2022, os economistas do mercado financeiro projetam uma Selic a 11,25% ao ano. Mas diversas casas já estimam os juros chegando a até 11,75% ao ano no final do 1º trimestre do ano que vem.

#### Fonte:

**PORTAL G1 – Darlan Alvarenga e Fernanda Martinez. 10/12/2021.**  
(<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/10/ipca-inflacao-oficial-fica-em-095percent-em-novembro.ghtml>)

## O DRAGÃO DA INFLAÇÃO



#### Fonte:

**Antonio Garcia. 17 de fevereiro de 2020. SÓ SERGIPE**  
(<https://www.sosergipe.com.br/copom-baixa-a-taxa-selic-expectativa-de-aquecimento-de-alguns-mercados/dragao-da-inflacao/>)

## O MURAL DA VERGONHA

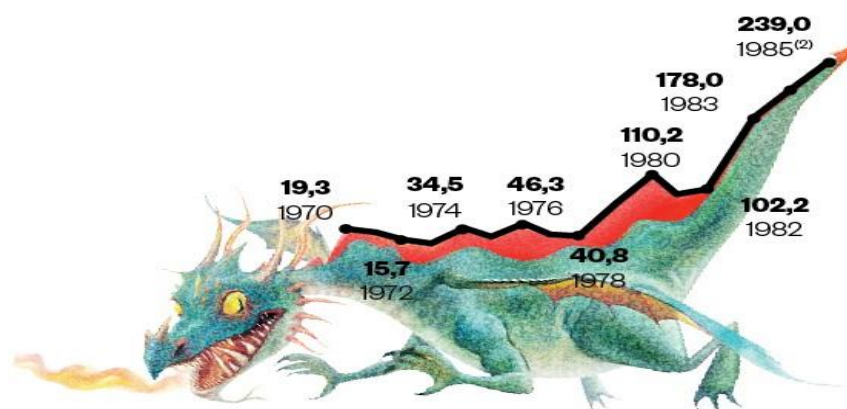
### A HISTORIA NOS LEMBRA QUE:

### O DRAGÃO CHEGOU PARA FICAR.

**A BAGUNÇA DAS CONTAS PÚBLICAS FAZ A INFLAÇÃO BATER UM RECORDE HISTÓRICO – E SÓ VAI PIORAR. É UM PROBLEMA QUE VAI DURAR DÉCADAS.**

### RUMO ÀS ALTURAS

Desde a crise do petróleo, em 1973, a inflação no Brasil subiu de forma quase contínua e neste ano deverá bater um recorde histórico<sup>(1)</sup> – em % ao ano



(1) IGP (1970 a 1980) e INPC (1981-1985)  
(2) Estimativa

No início do ano, em Curitiba, um cidadão fez um protesto irônico contra a explosão da inflação no país. Da janela de seu apartamento, ele jogou ao vento centenas de cédulas de Cr\$ 1, que deixaram de circular, mas ainda podem ser trocadas no Banco Central. Embora o dinheiro tenha se espalhado em torno do edifício, não atraiu os transeuntes que passavam pelo local. Sem valor efetivo, corroído pela alta acelerada de preços, as notas foram recolhidas pelos garis e acabaram na lata de lixo.

O protesto solitário do morador de Curitiba, divulgado em rede nacional de televisão, tornou-se um símbolo da crescente insatisfação popular com a inércia do governo para enfrentar a inflação. Passados oito meses desde sua posse, em 15 de março, o presidente José Sarney fez pouco ou quase nada para o Brasil afastar de vez o fantasma do descontrole de preços. A inflação não apenas não caiu, como não parou mais de subir desde sua posse. Em dezembro, ela deverá roçar os 16% ao mês, segundo as estimativas mais recentes, o maior nível em todos os tempos. Se isso se confirmar, a taxa deverá chegar a 239%, também um recorde histórico. No ritmo atual, o Brasil corre o risco de entrar mais cedo do que se imagina na era da hiperinflação, que pode desorganizar a economia e debilitá-la por anos a fio, com impacto dramático na renda dos trabalhadores e nas atividades empresariais. “Não existe nenhum país no mundo que possa dar certo com uma inflação dessas”, diz o empresário Abel Carparelli, presidente da Shell no Brasil.

Hoje, quase todo mundo já está perdendo muito com a escalada inflacionária. Como os salários são reajustados semestralmente, enquanto os preços sobem quase todo dia, as maiores vítimas são os trabalhadores. Na hora do reajuste, os salários recuperam seu poder de compra. Depois, vão perdendo valor de forma contínua até o próximo reajuste. O mesmo ocorre com as pensões dos aposentados e os aluguéis. Só quem pode participar da ciranda financeira, recebendo juros e correção monetária pela aplicação de seu dinheiro, consegue se dar bem. Ainda assim, muitos investidores acabam perdendo, depois da mordida do Leão do Imposto de Renda nos rendimentos. No varejo, as máquinas de remarcação de preços viraram parte do negócio. “Tudo o que vendemos chega com, no mínimo, um aumento por mês”, afirma o empresário Abílio Diniz, principal acionista do Grupo Pão de Açúcar, maior rede de supermercados do país.

Entre empresários, banqueiros e economistas, há praticamente um consenso em relação às causas da inflação. Na avaliação do setor privado, ela se deve, essencialmente, ao desequilíbrio existente nas contas públicas. O que o governo arrecada não dá para cobrir as despesas. Segundo o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, diretor da área de mercado de capitais do Banco Central, as receitas do governo crescem 5% ao ano em termos reais (descontada a inflação), enquanto as despesas, engordadas pelos juros que incidem sobre a dívida pública, avançam a uma velocidade três vezes maior. “Quem faz a inflação é o governo, que gasta o que não tem e tira dinheiro do setor privado”, diz o presidente do banco Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira.

Nos últimos meses, o governo mudou de forma radical sua estratégia para combater o dragão da inflação, mas até agora não conseguiu colher resultados palpáveis. Sob o comando do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, de 51 anos, dono da Trol, um fabricante de objetos de plástico e brinquedos, a nova equipe econômica, que tomou posse no final de agosto, quer trilhar um caminho alternativo para atacar a alta dos preços. Em vez de seguir a receita ortodoxa, centrada no corte de gastos e no equilíbrio das contas públicas, o grupo – composto de nomes ligados à Universidade de Campinas, como os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, assessores de Funaro, e Luciano Coutinho, diretor do departamento econômico do Banco Central – acredita que é possível fazê-lo de forma indolor, sem comprometer o crescimento econômico.

O segredo, na visão da turma de Funaro, seria o Banco Central promover um corte significativo nos juros. Isso estimularia a atividade econômica e ao mesmo tempo reduziria os gastos pesados do governo com a “rolagem” da dívida pública. As vendas das empresas aumentariam, alavancando a arrecadação de impostos, e o governo conseguiria reduzir o “buraco” na caixa, sem os traumas provocados por uma recessão, que seria inevitável com a diminuição radical dos gastos públicos.

Desde o início, Sarney não escondeu sua simpatia por uma solução menos traumática para a inflação. Com a ascensão de Funaro e de sua equipe, apoiados pelos industriais de São Paulo, a política de austeridade fiscal, defendida pelo ex-ministro Francisco Dornelles, sumiu da agenda. Indicado pelo tio, Tancredo Neves, Dornelles nunca conseguiu seduzir Sarney a apoiar suas ideias, com foco no equilíbrio orçamentário. A escolha de Dornelles por Tancredo também nunca foi bem digerida por Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, nem pela ala esquerda do partido. Eles o consideram um “tecnocrata” e viam nele o continuísmo da política econômica da Velha República.

Bombardeado dentro do próprio governo pelo assessor econômico de Sarney, Luís Paulo Rosenberg, e pelo ministro do Planejamento, João Sayad, que continuam em seus cargos, Dornelles deixou Brasília pela porta dos fundos. Passou o posto a Funaro, mas não se despediu pessoalmente de Sarney. “Vamos ver se as leis da economia vigoram abaixo do Equador”, disse Dornelles, segundo um amigo, ao desembarcar no Rio de Janeiro. “Se elas não vigoram, está tudo bem.”

## O MURAL DA VERGONHA

Empenhado em mostrar que seu diagnóstico está certo e em colocar em sua estratégia de combate à inflação em prática, Funaro anunciou um novo pacote econômico no final de novembro. Dois meses antes, logo depois de sua posse, ele já havia firmado um acordo de cavalheiros com os banqueiros para baixar os juros. Também havia tabelado o preço da carne e vinculado as correções monetária e cambial à inflação. Desta vez, ele concentrou a artilharia nos impostos. Embora o pacote tenha sido anunciado pelo governo como uma “redução tributária”, por diminuir os descontos feitos na fonte sobre os salários dos trabalhadores, ele embutiu um calote de Cr\$ 5,6 trilhões nos contribuintes, ao adiar as devoluções que deveriam ser feitas neste ano para 1986 e limitá-las a um máximo de 10 ORTN. O saldo das devoluções de valor superior será pago em três parcelas anuais, atualizadas só pela correção monetária. Além disso, o governo aumentou a tributação das aplicações feitas no mercado de ações, no open market e em títulos bancários, e reduziu o prazo para pagamento de tributos por parte das empresas e dos indivíduos. “O aumento de impostos é uma conta líquida e certa”, diz o senador Roberto Campos (PDS-MT), ex-ministro do Planejamento.

Para sinalizar que o governo vai fazer a sua parte, Funaro prometeu cortar despesas, ainda que em escala menor do que defendia Dornelles. O uso de carros oficiais, um dos símbolos da ganância estatal, foi limitado ao primeiro escalão. O repasse de gastos com bebidas, telefone e conservação de piscinas ao Tesouro foi proibido. Também foi anunciado um corte de 10% nos gastos de pessoal nas estatais, mas é difícil imaginar como o governo alcançará essa meta num momento em que os assalariados recuperam seu poder de barganha.

Numa outra frente, Funaro promoveu a mudança do órgão responsável pelo cálculo da inflação oficial. Quando soube que o Índice Geral de Preços (IGP) – calculado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para o governo há 40 anos – iria ficar em torno de 15% em novembro, Funaro decidiu acabar com a parceria. Agora, caberá ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), já usado para os reajustes salariais, fornecer os números oficiais de inflação. Detalhe: em novembro, a inflação medida pelo INPC ficou 11,1%, quase 4 pontos a menos que a do IGP. “O que o governo fez com o índice de preços é um escândalo”, diz o economista José Alfredo Lamy, do Banco Boavista. “Nem na Velha República houve um casuísmo tão grande.”

Se a estratégia de Funaro produzirá os resultados desejados, é difícil prever no momento. Apesar das boas intenções, a aposta numa solução que rejeita os princípios da ortodoxia econômica, calcados no equilíbrio fiscal, é uma aventura que poderá agravar ainda mais a situação do país. Apesar de os brasileiros serem tidos como um dos povos mais criativos do mundo, ainda precisam provar seu valor no campo da alquimia econômica.

Este conteúdo faz parte do especial retrô ÉPOCA 1985, em comemoração aos 17 anos de ÉPOCA. Confira outros materiais em [globo.com/1985](http://globo.com/1985).

Fonte: JOSÉ FUCS. 30/05/2015 - 01h13 - Atualizado 01/06/2015 13h21.

Ilustração: Lézio Júnior. EPOCA ESPECIAL 1985.

(<https://epoca.oglobo.globo.com/1985/noticia/2015/05/o-dragao-chegou-para-ficar.html>)

## MERCADO FINANCEIRO AUMENTA PREVISÃO DE INFLAÇÃO E PASSA A PREVER CRESCIMENTO MENOR DO PIB

**Informações constam do relatório 'Focus', divulgado pelo BC com projeções de analistas. Estimativa para inflação passou de 10,15% para 10,18%, e a do PIB, de 4,78% para 4,71%.**

O mercado financeiro aumentou a estimativa para a inflação em 2021 e 2022 e também passou a prever uma alta menor do Produto Interno Bruto (PIB), que mede a atividade econômica do país, neste e no próximo ano.

As informações constam do relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (6) pelo Banco Central (BC). Os dados foram colhidos na semana passada, em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

De acordo com o BC, a projeção dos analistas para a inflação de 2021 subiu de 10,15% para 10,18%. Foi a 35ª semana seguida de aumento.

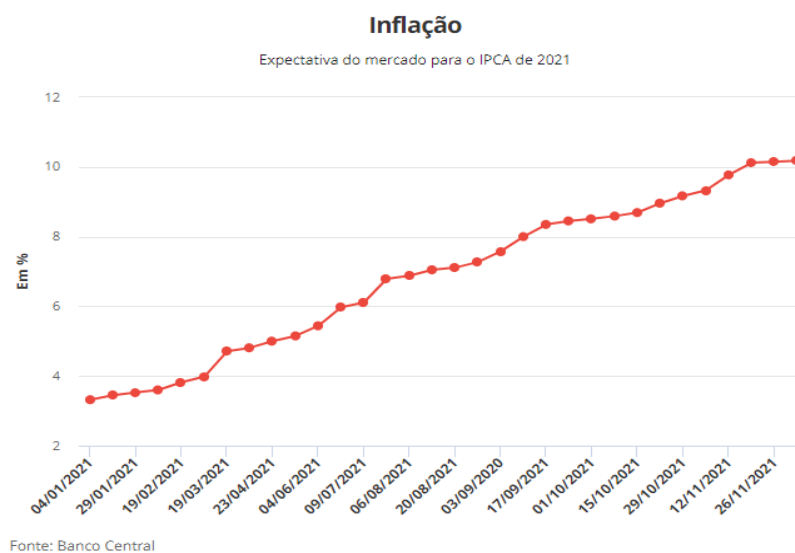
Se confirmada a previsão, será a primeira vez que a inflação atinge o patamar de dois dígitos desde 2015, quando somou 10,67%.

### Centro da meta

O centro da meta de inflação em 2021 é de 3,75%. Pelo sistema vigente no país, será considerada cumprida se ficar entre 2,25% e 5,25%. Portanto, a projeção do mercado equivale a mais que o dobro da meta central de inflação.

Para 2022, o mercado financeiro subiu de 5% para 5,02% a estimativa de inflação. Esta foi a 20ª alta seguida.

A meta central de inflação para 2022 é de 3,50% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar entre 2% e 5%. Portanto, a estimativa do mercado está acima do limite do sistema de metas para o ano que vem.



Fonte: Alexandre Martello, Brasília. 06/12/2021. PORTAL G1.

(<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/06/mercado-preve-mais-inflacao-e-crecimento-menor-do-pib-em-2021-e-2022.ghtml>)

